

## DIREITOS E DEVERES DO ALUNO NA ESCOLA

Rosimere de Lima<sup>\*</sup>

### Resumo

O conhecimento sobre o significado da idéia de Cidadania é extremamente necessário para que o aluno repense suas atitudes e aperfeiçoe seu comportamento perante a sociedade e perante si mesmo. O objetivo deste artigo foi identificar o nível de conhecimento e conscientização do aluno sobre seu papel de aluno/cidadão inserido na sociedade composta de todas as suas atividades individuais e coletivas. O trabalho se desenvolveu com uma turma de alunos de 7ª série do Colégio Estadual de Ouro Verde – Ensino Fundamental e Médio, Estado do Paraná. Foram realizadas atividades diversificadas sobre o tema, ressaltando-se a questão dos direitos e dos deveres do aluno. Percebeu-se que os alunos têm conhecimento do que é direito e dever, porém, falta-lhes a conscientização para que se promova as suas próprias mudanças de atitude e o seu agir na escola como aluno/cidadão buscando sempre preservar a relação aluno/professor/escola.

**Palavras-Chave:** Aluno; Cidadania; Escola.

### Resumen

El conocimiento en la ciudadanía sujeta es extremadamente necesario de modo que el alumno repiense sus actitudes, perfeccione su comportamiento delante de la sociedad y si mismo. El objetivo de este artículo era identificar al nivel del conocimiento y conscientización del alumno en su papel de alumno/ciudadano en la sociedad compuesta de todas sus actividades individuales y colectivas. El trabajo si desarrolló con un grupo de alumnos de 7ª serie del Colegio Estadual de Oro Verde - Ensino Fundamentale y Medio, Estado del Paraná. Fueran realizadas actividades diversificadas en el tema, resaltandose los derechos y los deberes del alumno. Percibió que los alumnos tienen um bueno

---

<sup>\*</sup> Professora de História da Educação Básica - Ensinos Fundamental e Médio, do Colégio Estadual de Ouro Verde- Ensino Fundamental e Médio - Graduada em História e Filosofia e pós-graduada em Educação.

conocimiento de derechos y deberes, pero, carece a ellos tomar conciencia de modo que si promueve sus cambios de actitudes y su acción em la escuela como alumno/ciudadano que buscan siempre la preservación de la relación alumno/profesor/escuela.

**Palabras-Llave:** Alumno; Ciudadanía; Escuela.

## INTRODUÇÃO

A questão dos *Direitos e Deveres do Ser Humano* é tema constante de numerosas e fervorosas exposições feitas por políticos, pela mídia e por pessoas comuns que defendem acirradamente, e às vezes apenas no discurso, o Direito igual para todos. Este também é um assunto trabalhado constantemente nos conteúdos escolares específicos, e até mesmo no dia-a-dia de sala de aula em nossas escolas.

O aluno também segue suas regras de convivência com os demais indivíduos envolvidos na comunidade escolar, assim como em todos os setores da sociedade existem regras de relacionamento, os quais servem como guia de referência aos direitos e os deveres de cada um. Tratar do assunto ajuda a refletir e a ressaltar a importância para um bom desenvolvimento das atividades e do convívio na escola, onde existem pessoas de diferentes cores, raças, religiões e níveis sociais.

O trabalho específico foi realizado em uma turma de 7ª série do Ensino Fundamental do Colégio Estadual de Ouro Verde - Ensino Fundamental e Médio - Estado do Paraná, no 1º semestre de 2009. Trabalhou-se com documentos como a Constituição Federal, O Estatuto do Menor e do Adolescente e também com o Regimento Escolar e o Regulamento Interno do Estabelecimento de Ensino. Buscou-se, assim, através da aproximação do aluno com a problemática dos direitos e deveres dentro de um espaço social, o seu conhecimento específico do assunto, objetivando alcançar a conscientização dos alunos de seu papel dentro

da escola, a reflexão para a melhoria da convivência entre todos os envolvidos na comunidade escolar e a construção da cidadania.

Ao longo do artigo, descrevemos como foi pensada a atividade e a dinâmica com os estudantes de ensino fundamental, avaliando alguns resultados do trabalho prático, analisando as dificuldades encontradas e refletindo sobre as respostas que obtivemos. Também enfatizamos os problemas vivenciados pelos professores no relacionamento direto com os alunos, os obstáculos apresentados à construção de um ambiente favorável para a construção de alternativas cidadãs e de uma consciência plena de direitos e deveres por parte do aluno.

No entanto, antes de refletir, ponderar e analisar os resultados obtidos a partir do trabalho realizado, foi necessário pensar sobre o próprio conceito de cidadania. Neste sentido, antes de mais nada, iniciamos o artigo tentando “recuperar” este conceito, de modo que nos ajude não apenas a identificar, no tempo e no espaço, como foi construída esta noção, mas que, de fato, nos auxilie a compreender os problemas reais e estruturais de nossa sociedade, o que reflete diretamente na sala de aula, no relacionamento entre os membros da comunidade escolar e nas mais amplas atitudes tomadas pelos alunos, passando pelo seu comportamento e pela sua falta de “consciência cidadã”.

### **PROBLEMÁTICA: Conceito de Cidadania e Construção Social dos Direitos e Deveres**

A idéia principal dos direitos e deveres dos cidadãos está vinculada a uma política de relações sociais e humanas e, é claro, na formação de políticas de prestação de serviços públicos à população em geral de diferentes perspectivas culturais, econômicas e sociais.

A definição de Cidadania é algo subjetivo e refere-se ao caráter coletivo, da organização em sociedade. O cidadão é o indivíduo que vive no coletivo social, relacionando-se com os seus semelhantes, demais cidadãos, e engajado na realização do seu bem viver, do seu ser e de seu agir. Isso implica respeitar e ser respeitado, e nos leva a uma conclusão: ser respeitado, dentro das diferenças

individuais implica respeitar as diferenças dos outros, sem fazer distinções quaisquer que sejam elas. Para tanto, não basta que sejam criadas leis e regras para a convivência do homem na sociedade. É extremamente necessário e de vital importância que cada homem saiba, independente de regras, se relacionar bem, e conscientemente, com os seus semelhantes na sociedade, pois se cada um buscar apenas se auto-satisfazer, onde iremos chegar? É necessário olhar para os lados e enxergar que existem os limites para cada um. Viver bem implica também se relacionar bem na sociedade conturbada dos dias atuais, cuja prioridade que prevalece é o TER, deixando-se de lado o SER.

A Constituição Federal estabelece direitos e deveres iguais para todos. Esta frase chama-nos a uma reflexão: Hoje os direitos e deveres estão sendo iguais para todos? Nós cidadãos, estamos cumprindo com os nossos deveres? Estamos tratando a todos de uma forma igual, sem distinções? É uma oportunidade boa para se refletir e analisar o nosso comportamento perante tudo isso.

No contexto educacional não é diferente. A história da educação mostra que, em vários momentos, a escola passou por ideologias diferentes adotadas por políticas diversas que causaram impacto no relacionamento interno de toda a comunidade escolar (cf. GADOTTI, 2005). Tratando-se deste assunto, devem-se levar em conta, também, as causas e as conseqüências que levam o ser humano a agir individualmente no coletivo do seu cotidiano. Tendo-se isso em vista, é salutar que essa perspectiva seja levada ao âmbito do ensino e do ambiente escolar, devendo-se orientar as pessoas envolvidas neste meio sobre determinadas condutas e princípios que se tornam essenciais para a boa convivência.

Neste ambiente, as pessoas envolvidas, sejam elas funcionário, diretor, professor ou, especificamente, o aluno, que é o elemento chave da atividade educativa, são os atores que construirão e manipularão o espaço e as relações estabelecidas. Questões como “o que se quer construir? E como?”, parecem-nos fundamentais. Quem sabe, não seria esse um primeiro passo para estender essas boas relações a um espaço mais amplo em termos de convívio social, visto que a escola é o lugar onde, em grande parte, se moldam os exemplos das

relações sociais e constroem-se perspectivas de conduta, às vezes, para o resto da vida.

Deixando claro essas intenções, descritas acima, partimos para a busca da noção inicial de cidadania. Procuramos em um dos dicionários mais referenciados no Brasil (o *Aurélio*) e tivemos a seguinte definição para cidadão: “Indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado”. Embora esta definição, comumente aceita, nos seja importante como primeira referência para refletir sobre a relevância desta noção, é interessante que se busquem alguns elementos que propiciem a reflexão sobre a construção “do que se quer” por cidadania.

A origem da palavra cidadão e cidadania remonta-nos à Antiguidade Clássica. Ela surgiu já na Grécia antiga, desde a época da pólis, onde vários filósofos gregos problematizaram a idéia de cidadão. No início da implantação das cidades, no final da Idade Média no ocidente, o termo estava associado ao burguês. Era cidadão apenas o burguês e não todo o povo, e neste período criou-se uma idéia de separação entre o homem urbano e o homem rural. Nós sabemos que havia muitas diferenças nas vidas e nos direitos entre os homens/cidadãos que moravam na cidade e os homens do meio rural, que geralmente eram pessoas mais simples e desprovidas de condições razoáveis de sobrevivência.

Ao longo do tempo, porém, houve uma grande apropriação e discussão do conceito de cidadania, as quais variam tanto no tempo como no espaço, mediando e completando a utilização de outras noções, como sociedade civil e liberdade, por exemplo. Diante disso, as idéias de construção, adaptação e apropriação são constantes para descrevê-la, o que a torna um termo polissêmico e passível de uma reflexão mais cuidadosa.

Assim, refletindo sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a área de História, publicados em 1997 pelo Ministério da Educação e Cultura, Welmowicki nos apresenta um trecho daquele texto que descreve exatamente essa perspectiva:

(...) a idéia de cidadania foi inicialmente construída em uma época e em uma sociedade, mas foi reconstruída por outras épocas e culturas. O significado que a sociedade brasileira atual tem de cidadania não é o mesmo que tinham os atenienses da época de Péricles, nem é o mesmo que tinham revolucionários franceses de 1789 e nem é semelhante às práticas da população norte-americana de hoje. Pelo fato do conceito ser incerto e impreciso, isto é, pode assumir “significados” diferentes, como os que já foram construídos no passado e aqueles que serão provenientes de novas experiências futuras, o seu estudo é um instrumento pedagógico valioso para iluminar a inexistência de idéias universais, permanentes ou eternas na História (WELMOWICKI, 2004, p.17).

Frente a este reconhecimento por parte do próprio MEC, sublinhamos a reflexão feita por Welmowicki, destacando que, embora o texto do PCN reconheça que o termo cidadania fora usado com diferentes acepções em distintos momentos da história, a partir dos anos 80 houve uma singularização dessa noção, pois vislumbrou-se desde essa época a tentativa de se eliminar as diferenças sociais gritantes e de se apregoar a manutenção da ordem capitalista. Diante deste contexto, o autor exemplifica, a partir de um seminário na UNB, em 1986, cujos anais foram publicados com o título *A Construção da Cidadania*, o discurso dessa tendência:

O conceito de cidadania excita a nossa curiosidade porque ele expande a nossa percepção as diversas formas de existência humana. A cidadania aponta-nos no sentido da possibilidade de atingir um *quantum* maior de felicidade enquanto membros de algo a que chamamos de gênero humano e que, por isso mesmo, não precisamos ficar à espera do socialismo. Parece-nos claro que direitos sociais conquistados, tais como o direito à educação, à moradia e ao trabalho, precisam ser postos sob a perspectiva de um conjunto de metas que devem ser buscadas sempre, já que são fatores necessários, assumidos e componentes da tal felicidade. Mas não pára aí, a construção da cidadania nos leva a expandir a capacidade humana de compartilhar, aceitar, tolerar e, até mesmo, curtir a enorme diversidade dos cidadãos com quem convivemos (WELMOWICKI, 2004, p.18).

Welmowicki ressalta em seus apontamentos o valor, a importância da educação enquanto direito do cidadão, porém o mesmo não deixa de enaltecer a necessidade do cumprimento dos deveres, o qual deve se realizar de forma consciente e sempre respeitando o coletivo da sociedade, dando-se prioridade

para a sua diversidade. Os componentes da felicidade suscitada, assim, através da convocação da idéia “cidadania”, não devem estar “prontos” e “acabados”, são objetos de perseguição constante, levando-se em conta avanços e possíveis retrocessos sociais. Assim, a idéia de cidadania não deve ter limites e uma formulação concluída, é algo que se constrói, se conquista na convivência do dia-a-dia do homem.

Durante o século XX, a aplicação e o sentido da idéia de cidadania sofreram grandes mudanças, tendo o significado original de cidadão ampliado e complexificado. Portanto, foi alvo de influências de vários movimentos ocorridos então neste período que exigiam melhorias e a sua valorização perante a sociedade. A perspectiva de interpretar a idéia de cidadania passa, inclusive, por sua apropriação pelas diferentes classes sociais.

Ser cidadão não é apenas almejar, buscar os seus direitos e cumprir seus deveres, como poderia, simplificada, deixar entrever a definição do Dicionário, antes apresentado. Além disso, deve-se viver e conviver coletivamente relacionando-se com os outros numa perspectiva humanizante e verdadeira, procurando fazer o possível a partir da condição de possibilitar aos outros alcançarem sua realização como indivíduos.

Em outra referência, encontro uma definição pertinente que cerca também essa problemática. Ao lembrar de uma reflexão do educador Dermeval Saviani, Martinez afirma que “ser cidadão significa ser sujeito de direitos e deveres. Cidadão é, pois, aquele que está capacitado a participar da vida da cidade, literal, e, extensivamente, da vida da sociedade” (MARTINEZ, 1997, p.17).

O que ele diz é o que todo documento que fala dos direitos e deveres do cidadão cita, ou seja, o cidadão deve sempre se predispor e estar consciente da necessidade de participar ativamente de seu grupo social, da vida de sua sociedade em uma escala maior.

Essa participação pressupõe buscar-se cada vez mais o que nos é de direito, ter uma ativa participação na vida política, uma educação humana e humanizadora, uma justiça plena e competente que seja capaz de garantir punição aos culpados e defesa para os inocentes.

Ao longo da nossa história vários pensadores e filósofos tentaram dar uma definição diferenciada para Cidadania, sempre levando em conta, é claro, o momento em que viviam, a situação política, econômica e social na qual estavam inseridos. Na sociedade capitalista moderna, o conceito de cidadania é muito influenciado pelo pensamento e objetivos da classe dominante, atende aos interesses, geralmente das minorias que, infelizmente têm muitos privilégios pelo seu poder econômico, o qual atrai e influencia os mesmos a ter ainda grandes privilégios na política.

Fruto do pensamento jusnaturalista dos séculos XVII e XVIII, até seus contornos mais definidos após a Revolução Francesa, a idéia de cidadania e dos direitos e deveres do cidadão passam diretamente pela noção de liberdade e propriedade (WELMOWICKI, op. cit., pp. 20-24). A liberdade, noção bastante idealizada pelos burgueses, esteve por meio das lutas desta classe, através da História, amplamente ligada à defesa da propriedade privada. Diante disso, os burgueses, em determinada época, estavam lutando pela liberdade de sua propriedade frente aos desígnios da aristocracia, classe enfraquecida ao longo do tempo, principalmente em virtude das conquistas burguesas. Além disso, através dos anos, tem-se o enfraquecimento da própria ordem secular, baseada na cultura da Igreja, suplantando-se o direito civil em detrimento do direito divino dessa antiga ordem.

O resultado dessa perspectiva de reivindicação e conquista burguesa transparece na própria ordem de organização do Estado Moderno, moldado e legalizado, em grande medida, através dos desígnios da burguesia, tendo essa classe, através dos anos, criado seus aparelhos de dominação e poder junto ao próprio Estado. Ao passo que a instituição que regula, desempenha papel de juiz e ordena a sociedade moderna é o Estado, é necessário que se faça uma reflexão mais cuidadosa sobre o seu papel.

O que podemos dizer é que sendo uma organização social, representativa do povo, ou melhor dizendo, do cidadão, deveria estar mais interligado e atuante diante dessa perspectiva social. O Estado deveria ser defensor verdadeiramente dos direitos e cumpridor dos deveres, buscando promover, acima de tudo, a justiça social, garantindo aos seus representados verbas públicas que se voltem



mais para a promoção do bem social e não para atender a interesses inócuos de minorias. Porém, sabemos que ele reflete as disputas sociais que se dão através dele. Nesse sentido, atentamos para a necessidade de entrar nessas disputas e estar consciente delas para o atendimento de demandas específicas.

O essencial a que nos referimos seria uma boa educação, uma sociedade mais segura e compromissada com a promoção do bem viver dos cidadãos, que se assegure leis justas e, mais do que isso, que se criem mecanismos para cumprir tais pressupostos. Na verdade, até existem boas leis, o que falta é o seu cumprimento para todos indistintamente, sem discriminações. O Estado como tal tem total obrigação de respeitar e de garantir os direitos do cidadão, tendo ainda a obrigação de garantir que estes direitos sejam totalmente respeitados.

Sabemos que existem diferentes classes sociais e, portanto, interesses divergentes. O que deve prevalecer é o interesse da maioria, o respeito às normas criadas, ao mesmo tempo que se dê espaço às transformações constantes dessas normas atendendo sempre a demanda social que constantemente se cria. No entanto, o que observamos a cada dia é o desrespeito do Estado para com os cidadãos, a violação de direitos que estão estabelecidos em nossa Constituição maior, especialmente dos cidadãos de classes inferiorizadas pela nossa sociedade desigual.

Os trabalhadores tiveram de lutar muito para conseguir conquistar algumas leis previstas em um grau mínimo de bem-estar-social. Isto é uma realidade eminente em nosso país, são constatados a cada dia graves problemas quanto às questões de normas no Brasil. Hoje, um grande número, talvez possamos dizer, a maioria do povo brasileiro, tem um total descrédito com a nossa Justiça e com a nossa política, não acreditam mais que o Estado tenha qualquer empenho em implementar as leis com igualdade para todos, e muitos estão até convencidos de que o sistema judiciário, e outros órgãos legais, existem na verdade para proteger os poderosos.

Segundo a Constituição, o povo tem o poder de participar de todas as decisões, mas isto não é bem o que nós observamos em nosso dia-a-dia, como fala Paulo Martinez em seu livro *Poder e Cidadania*:

Na Constituição brasileira de 1988 é estabelecido que o poder é do povo, e este exerce diretamente ou por meio de representantes. Entretanto, o exercício direto do poder pelo povo não está regulamentado de nenhuma forma, e não foram criados os canais e os procedimentos institucionais para isso. Resta, portanto, a via única de votar periodicamente, para eleger os representantes, na forma prevista em lei, sendo que as leis também são feitas pelos representantes, sem a participação direta do povo (MARTINEZ, 1997, p.22).

Apesar desses entraves políticos, temos essencialmente que entender e participar do processo decisório de mudanças dentro do que nos é permitido, tentando sempre avançar em relação a novos direitos e deveres por meio de nossa própria demanda como cidadãos. Só criticar não vai resolver nossos problemas, nossa questão é especialmente mais ampla, pois é necessário participar com consciência e esmero das atividades que nos compete na nossa comunidade, no nosso grupo social, profissional, no nosso município, etc.

Enfim, sermos cidadãos atuantes em todos os setores da sociedade, visando nosso fortalecimento político enquanto grupo ativo para reforçar assim o grau de legitimação para exigirmos mais destreza, honestidade e atividade do poder público. Afinal, um cidadão com um sentimento ético forte e consciência da cidadania não deixa passar nada, não abre mão do seu poder de participação e decisão.

Segundo Wilma de M. Figueiredo, em *Cidadão, Estado e políticas no Brasil Contemporâneo*, "a questão da cidadania assume um caráter particular quando se trata de uma sociedade que tem como sua dinâmica, o princípio da desigualdade de classes" (FIGUEIREDO, 1986, pp. 10-12). Na sociedade capitalista em que vivemos hoje o que se verifica é que o cidadão desprovido de recursos econômicos é tratado de maneira desigual pela sociedade em geral, e podemos notar que nada está sendo feito pelas autoridades competentes para impedir isso.

Essa situação nos coloca um questionamento: O Estado, representado por estas autoridades, está cumprindo seu papel de garantir os direitos a todos os seus cidadãos? Acreditamos que não. Conforme a mesma autora, sem a conquista mínima dos direitos de todos para a sobrevivência, torna-se impossível

alcançar a condição de cidadania. Ela ainda cita que, como nos ensina a história política de tantos países do mundo, as liberdades democráticas não se ganham, conquistam-se. Isso quer dizer que todos nós devemos ter consciência de grupo, de coletividade, de que somos maioria e não deixar que nossos direitos sejam violados. Mas, para isso, também devemos ter consciência de que temos de cumprir com nossos deveres, de participação ativa, de não acomodação e de respeito à coletividade e interesse da maioria.

Considerando tudo isso, chamamos a atenção para a relação que a Educação tem com tal perspectiva. Como argumenta o autor Paulo Martinez:

A formação do cidadão consiste em capacitá-lo a pôr ordem nesse processo, que se desenvolve ao seu redor, mas sempre explode dentro dele. A principal contribuição formativa da educação é a de atuar sobre esse mecanismo mental decisório e ajustá-lo o mais corretamente possível, equilibrando os conhecimentos, as habilidades e as atitudes segundo padrões éticos, morais e outros, válidos para todas, ou para a maioria das pessoas (MARTINEZ, 1996, p.22).

Baseando-nos nessa assertiva, percebemos a importância da educação dentro da formação de consciência de nossos jovens e adolescentes. Entretanto, neste momento, a maioria não sabe da importância de sua conscientização enquanto cidadãos ativos e atuantes. São meros jovens que precisam “viver a moda”, no uso de roupas, produtos, na escolha de músicas, vídeos e muitos outros produtos materiais de, praticamente, nenhum valor significativo em termos de princípios éticos e morais.

Essas mesmas preocupações de “fundo vazio” por parte do jovem acabam servindo, pelo contrário, para aliená-lo e afastá-lo dos caminhos de independência crítica de tudo aquilo que chega até ele e de tudo aquilo que ele filtra. Assim, com a maior naturalidade, a juventude fica à mercê do senso comum, sem questionar valores que possam auxiliá-lo na constituição de meios e de espaços mais significativos para a melhoria de sua qualidade de vida e bem-estar (sua e das demais pessoas com quem convive).

Mas, diante disso, qual seria um caminho para chegarmos a essa conscientização dos nossos alunos? Primeiramente, não é somente a escola que

tem de realizar essa tarefa, é necessário que os pais e toda a sociedade participe, mas, infelizmente, existem, especialmente na mídia, muitos programas que na realidade “deseducam” as pessoas, sobretudo os adolescentes. Citando novamente Paulo Martinez:

Não existe um método infalível para que alguém possa chegar, sempre, às melhores decisões sobre todas as coisas, mas pode-se melhorar a capacidade de raciocínio com a prática, o estudo, a crítica, a reflexão. O grande objetivo, que mais parece um ideal inatingível, é conseguir que cada indivíduo se torne autônomo, isto é, que seja capaz de decidir por si mesmo, não se sujeitando a interferências ou pressões externas. É o caminho que levará à formação de cidadãos conscientes (MARTINEZ, 1996, p.22).

Poderíamos, então, afirmar que a educação tem uma grande importância nesse processo. Quem sabe, podemos começar pela conscientização desses cidadãos de seus reais direitos e deveres perante a sociedade, mas, sem deixar de lado os pais que também precisam participar imensamente e ativamente dessa tarefa, desde seus filhos pequenos, ensinando a importância das regras e dos limites, além do respeito às necessidades de outrem.

Hoje também enfrentamos um problema complicado: a *Lei do Menor e do Adolescente*, criada no Brasil em 1990. De certa forma, algumas de suas normas têm sido apontadas como entraves para uma ação mais corretiva aos alunos nas escolas, embora se reconheça nela um ganho expressivo dentro das conquistas realizadas pela sociedade civil. Isto vem causando sérios e até perigosos conflitos na relação professor-aluno, como percebemos em muitos casos, na afirmação de muitas pessoas envolvidas nesta realidade. Podemos citar um exemplo retirado do livro *Violências & Cultura de Paz nas Escolas*, do professor Sadi Nunes, apresentando a publicação de uma notícia de jornal:

PROFESSOR DENUNCIA “TORTURA” EM AULAS: Núcleo vai investigar denúncia de desrespeito em escolas Cascavel - Imagine chegar em uma sala de aula, local onde deveria imperar a ordem e a disciplina e encontrar o oposto disso, ou muito pior. Alunos rebeldes que não deixam em paz os interessados em estudar tomam conta de algumas das principais escolas públicas de Cascavel. “O professor não tem mais condições de trabalhar. Depois dos 40 anos de idade, então, leciona somente à base de calmantes”. Esse é o desabafo de um professor da rede estadual

de ensino que pede anonimato temendo pela própria integridade física. “Muitos não devem ser chamados de alunos, e sim de marginais. São pessoas que não têm respeito e o mínimo de consideração. O professor virou um palhaço em sala de aula, está adoecendo e ninguém faz nada”, acentua. Segundo ele, poucos têm coragem de reclamar, porque o risco de vingança é alto. “Todos temos família e medo de que aconteça alguma coisa”, diz ele. (...) Alguns alunos proferem palavrões, entram e saem a hora que querem, não deixam os demais desenvolverem seus trabalhos, gritam, pulam, arrotam e até cospem nos colegas. Respeito ao professor é algo que passa longe do vocabulário deles, desabafa. “Os alunos só têm direitos, não têm deveres. Agora que a escola não tem mais direito de expulsar alunos, sob pena de prisão de quem assim proceder, a situação fica ainda pior” (NUNES, 2007, p.10).

Este é um dos relatos mostrados neste referido texto, mas aparecem vários outros, geralmente retirados de jornais, citando exemplos por todos os lugares do Brasil. Os próprios pais dizem que não podem “educar” corretamente os filhos, a lei do menor e do adolescente tem criado alguns problemas gerais em todos os meios, ela não ouve os dois lados, dá proteção a menores infratores e a punição, muitas vezes, para estes menores, é voltar para a escola.

No entanto, quando voltam às escolas, a grande maioria tumultua, desacata professores, equipe pedagógica, diretor e, por conseguinte, acabam atrapalhando o bom trabalho que o professor pode desenvolver, sendo obrigado, em vez de ensinar, a solucionar problemas criados por estes menores. Isto quando não ocorrem coisas mais graves, como o que está ocorrendo na grande maioria das escolas pelo Brasil, em que professores estão se tornando alvo de ameaças e violências praticadas por esses alunos.

O grande desafio que temos, enquanto educadores, é levar essas questões para reflexão e debate para a sociedade como um todo, de uma forma mais ampla. Esse é um problema que não envolve apenas a escola, e sim toda a sociedade. Devemos construir uma perspectiva de cidadão não apenas no interior da escola, mas dentro de todos os espaços sociais mensuráveis pelo convívio coletivo, desde a família até os espaços públicos mais amplos, do qual o próprio Estado representa um dos palcos mais significativos em relação a esta questão. Além disso, devemos avaliar em conjunto as normas previstas pelo ECA,

realizando um amplo debate e tendo muito cuidado para que não se percam direitos essenciais e ganhos significativos conquistados com muita luta e trabalho.

Deve-se avaliar o que está errado, e se está realmente errado, tentando, na medida do possível, baseando-se na práxis vivenciada atualmente, apontar soluções e discutir a viabilidade de determinadas práticas jurídicas implementadas por esse Estatuto. No entanto, essa é uma outra discussão. No momento, nos deteremos na problemática de conscientizar nossos cidadãos, que é uma solução de médio a longo prazos, mas que, certamente, tem um horizonte de expectativa mais favorável em termos de sucesso, pois aponta para a necessidade de uma nova racionalização dos princípios éticos e morais, dos quais todo ser humano precisa estar a par e deveria refletir sobre eles.

### **O trabalho com os alunos e a construção da consciência cidadã**

Pensando na reflexão que apontamos sobre a questão da cidadania e dos direitos e deveres presentes na sociedade, tentamos elaborar atividades práticas que fizessem os alunos refletirem sobre alguns aspectos da construção de caminhos a serem trilhados ao encontro de uma perspectiva humana de cidadão. Buscou-se sempre levá-los a se perceberem como cidadãos possuidores de direitos e de deveres, e que sua participação na escola consiste como mais uma dentre essas importantes atribuições, que deve ser de integração, responsabilidade e respeito mútuo para com todos, sejam colegas, professores, direção ou funcionários, enfim, qualquer pessoa envolvida no seu dia-a-dia escolar.

As atividades práticas foram desenvolvidas em uma turma de 7ª série do Colégio Estadual de Ouro Verde, do período vespertino, envolvendo 27 alunos dentro da faixa etária de 12 a 15 anos. Os conteúdos relacionados ao tema foram trabalhados durante as aulas de História, ministradas pela professora responsável pela produção deste artigo. Devido ao curto espaço de tempo que houve para se aplicar as atividades, num total de 10 aulas, não foi possível desenvolver o trabalho com todos os recursos disponíveis e, inclusive, o tempo necessário para se alcançar, acreditamos, um melhor resultado junto aos alunos. Além disso, e

também fruto do pouco tempo para criar o interesse dos alunos pela atividade, nem todos participaram com um comprometimento adequado, o que é um problema constante em nossas escolas.

Para o início da atividade, foram realizadas leitura e debate da versão original da Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada pelos revolucionários franceses em 1789. Vale lembrar que a Revolução Francesa é considerada o primeiro e maior movimento humano com inspiração nos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade. Também foi estudado a parte da Constituição Federal Brasileira que trata do assunto: Capítulo I, Artigo 5º ao 11, além do Regimento e do Regulamento Interno do Estabelecimento Escolar, que também foram lidos e debatidos, fazendo parte das atividades propostas. Além disso, para um maior esclarecimento e fixação do assunto, foram lidos e interpretados outros textos retirados de fontes bibliográficas diversas.

Buscando alcançar o objetivo final proposto, foram realizadas interpretações, produções de textos, cartazes e questionamentos referentes aos textos lidos e estudados, dando-se oportunidade aos alunos de exporem sempre sua opinião sobre o assunto em questão.

Quando foi dado aos alunos a oportunidade de exporem suas idéias e sugestões sobre o assunto, muitos foram claros e objetivos e alguns afirmaram que estavam satisfeitos com o tratamento recebido na escola, pois estavam tendo seus direitos de alunos: “Sim, porque eu sou um aluno bem respeitado dentro de sala de aula” afirmava um. Outro afirmou que “eu posso ir tomar água ,ir ao banheiro”... Eles entendem e afirmam que, pelo contrário do que se pensaria, muitos não estão cumprindo com os seus deveres quando dizem desrespeitar as regras e desrespeitar colegas e professores: “Eu estou mascando chiclete, conversando e falando o que não deve para as professoras” (...) “ converso mais do que o limite e, de vez em quando, esqueço das tarefas”.

Essas são respostas dadas pelos estudantes quando questionados de sua satisfação com o acesso deles aos direitos e se estão cumprindo com os deveres de alunos. Porém, uma boa parcela deles confessou que deram respostas mais voltadas para interesses próprios e distorcidos do real objetivo e



possibilidades da escola, instituição pública, sem recursos suficientes para atendê-los como gostariam. Entre outras demandas, destacaram que fosse instalado ar condicionado nas salas de aulas, ventiladores em todas as salas, ou, ainda, queriam “poder usar celular, ter menos trabalhos e tarefas”, etc.

Os textos e opiniões expressos pelos estudos aqui utilizados foram de crucial importância para se desenvolver as atividades. Apesar de terem uma linha diversa de pensamento, deixam bem claro que o primeiro passo para se alcançar a cidadania é a conscientização do próprio ser humano, a qual se deve iniciar cedo, especialmente em nossas escolas, que são a base de sustentação e formação do ser humano.

Na realização individual e coletiva das atividades didáticas propostas foi possível notar que, de uma maneira geral, os alunos possuíam um prévio conhecimento do tema trabalhado e desenvolvido. Não lhes falta, portanto, o conhecimento de seus Direitos e seus Deveres, o que lhes falta é uma maior conscientização da necessidade de se cumprir com o seu papel para que possa haver uma verdadeira mudança na nossa sociedade e uma melhor convivência entre todos. A questão não seria “o que são direitos e deveres” e “quais são”, e sim “por que” deve haver esses direitos e deveres.

Um grande mal e problema que enfrentamos atualmente e, é claro, também nas escolas, é uma espécie de “cultura de deboche”. A sociedade atual, que muitas vezes está impregnada com tendências e modismos que orientam o comportamento, encaminha a idéia de que ser moderno é ser rebelde, é ser mal educado.

Infelizmente, na condição de profissional do ensino, podemos afirmar que a escola nos últimos anos está um pouco descaracterizada de suas reais funções. É especialmente nas escolas que desembocam os grandes problemas sociais, como o desrespeito, a violência, a miséria, a “deseducação” da criança e do adolescente. Esses empecilhos iniciam em casa e culminam na escola com atos de desrespeito, violência e muitos outros que atrapalham e prejudicam o desenvolvimento da real função da escola, que é “Ensinar” e não “Educar” (pelo menos, não de maneira isolada).



Como já afirmado, o que podemos perceber no desenvolvimento das atividades é que os alunos estão com uma visão um pouco distorcida da realidade. Eles sabem de seus direitos, mas bem pouco, e de seus deveres, quase não querem saber. Com as regras de nossa sociedade normatizando que não se pode punir os adolescentes de uma maneira mais rígida, pois o ECA (Estatuto do Menor e do Adolescente) ao tentar preservar os jovens dos “maus tratos”, contribui para a impunidade de alunos, pouco ou nada pode-se fazer, na escola, para desenvolver uma maior conscientização do aluno/adolescente. De maneira mais ampla, fora da escola o quadro não é diferente, pois a educação carece de uma grande conscientização, de que é parte integrante o todo social, não limitando-se às instituições de ensino.

Ademais, a própria natureza do jovem, de não se conformar com aspectos da realidade, de sua rebeldia e de seu papel histórico de sujeito atuante nas transformações dos costumes e do comportamento, tem sido canalizada de maneira equivocada. Não é culpa do jovem. Há uma cultura consumista e do “deboche”, como citamos anteriormente, que canaliza os bons impulsos da juventude, encaminhando-os para atitudes destrutivas em vez de construtivas.

Deste modo, esses jovens, como cidadãos, ou até mesmo futuros pais, componentes de um núcleo familiar que precisarão educar os seus filhos dentro das regras e normas do bem viver e conviver na sociedade, montam um cenário desastroso que pode significar a reprodução dessa lógica de comportamento. Assim, as novas gerações podem se tornar desconhecedoras, mesmo minimamente, dos reais valores de um cidadão no pleno gozo de suas funções e atribuições sociais, aceitando passivamente a racionalização de uma realidade sem questionamentos e sem a perspectiva de retomada dos princípios que regem a cidadania crítica.

Apesar dos entraves na realização das mencionadas atividades com os alunos, como o pouco tempo, certa falta de participação mais ativa e consciente dos estudantes e certo desinteresse, podemos dizer que a proposta teve também retorno positivo. Ela mesma trouxe uma oportunidade de mostrar aos alunos que eles possuem sim seus direitos, mas em contrapartida possuem seus deveres e compromissos com eles mesmos. Apresentou o ponto de vista de que um dia

deixarão de ser adolescentes e serão pais e mães, e com certeza passarão por estes problemas da sociedade atual, ou talvez por problemas ainda mais graves. Neste momento, sentirão o impacto que os “adultos”, como pais, professores, etc., sentem hoje no tratamento com eles.

Refletindo sobre o desenvolvimento das atividades, pensamos em realizar algumas alterações possíveis, buscando melhorá-las e implementá-las no próximo ano com alunos já de 5ª série. A meta seria realizar atividades mais contundentes e práticas, possibilitando envolvê-los de uma forma mais ativa, objetivando assim alcançar resultados mais produtivos e palpáveis. Pensamos também que os alunos de faixa etária menores aos trabalhados na atividade são menos atingidos pelo modismo e tendências infectadas de desvalorização do ser humano. Da mesma forma, estão mais receptivos às informações que são transmitidas na escola.

Sob esta probabilidade de trabalhar com crianças ainda menores, valho-me da fala da autora Vera M. Candau, de seu livro *Tecendo a cidadania*:

O exercício da cidadania compreende a totalidade dos direitos que o indivíduo tem de desempenhar nas mais diversas funções no tecido social, do ponto de vista individual e social. No cotidiano de cada um, seja criança ou adulto, o conhecimento dos direitos, o reconhecimento dos deveres, a adesão legítima às riquezas das necessidades (mesmos as sociais, culturais e políticas) garantem o princípio de liberdade da cidadania. Isso confere ao cidadão o direito de escolher seus amigos, brinquedos, diversão, o seu emprego, a mulher ou homem com quem vai casar, o número de filhos, o médico que ele vai freqüentar, o partido político ao qual vai aderir, as concepções de Estado e sociedade para as quais vai destinar o seu voto, o lugar que ele vai ocupar na sociedade. Isso tudo compõe a totalidade dos direitos no exercício de cidadania e, para que ele seja capaz de realizar essa opção e inserir nela sua vontade, disponibilidade e competência para exercer ou para atingir aquilo que deseja, tem necessidade de estar preparado para o exercício dessa função de cidadania (CANDAU, 1999, p.103-105).

### **Apontamentos finais**

Ao término de todos os procedimentos, podemos apontar que apesar dos entraves, dificuldades e do pouco espaço de tempo para desenvolver as

atividades em sala de aula, o trabalho realizado com os alunos trouxe retornos positivos. Mostrou a real falta de uma maior conscientização e até mesmo esclarecimento dos alunos sobre seus reais papéis como cidadãos conscientes e mais participativos, responsáveis pelos seus atos e atitudes do seu dia-a-dia. Podemos concluir que o trabalho com o tema cidadania é algo que deve ser realizado a cada dia e por todos, sempre falando, cobrando e questionando as atitudes dos alunos, visando levá-los à reflexão e conscientização real de seus papéis na sociedade.

Não é um trabalho feito em alguns dias que irá alcançar o seu objetivo maior e conscientizar de forma verdadeira os alunos que hoje têm seus interesses voltados para outros temas e questões disseminadas pelos meios de comunicação. Podemos dizer que a mídia, rádio e televisão (e, atualmente, a *internet*), incentivam a violência, quando dão uma maior importância aos “bandidos” do que aos mocinhos e, ainda, destacam o adolescente rebelde, “brigão” e violento com uma espécie de fascínio e de forma romantizada.

Analisando o trabalho como um todo, pode-se concluir que algumas alterações devem ser realizadas para que o desenvolvimento e os resultados sejam mais reais e efetivos. É necessário que os alunos percebam a capacidade transformadora que têm e que canalizem isso para uma perspectiva humana e construtora de boas relações. Para isso, creio ser imprescindível mais tempo de trabalho e um espaço em que todos tomem consciência dessa necessidade e de seus papéis enquanto atores desse processo. É certo que essa tomada de consciência é apenas parte de uma etapa, na qual consistiria um grande projeto de diversas aspirações, necessidades e desejos que pudessem tornar a sociedade mais próxima daquilo que almejamos que ela se torne.

## **Bibliografia**

CANDAU, Vera Maria. *Tecendo a cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

FIGUEIREDO, Wilma de M. (coord). *Cidadão, Estado e políticas no Brasil contemporâneo*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

GADOTTI, Moacir. *História das idéias pedagógicas*. 9ª edição. São Paulo: Ática, 2005.

MARTINEZ, Paulo. *Poder e Cidadania*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

NUNES, António José Avelãs. *Neoliberalismo & Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

NUNES, Sadi. *Violências & Cultura De Paz Nas Escolas*. Toledo: Fasul, 2007.

WELMOWICKI, José. *Cidadania ou classe? O movimento operário da década de 80*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2004.

RODRIGUES, Carla; SOUZA, Herbert de. *Ética e Cidadania*. São Paulo: Ed. Moderna, 1994.

### **Sugestões de Leitura**

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?* 3ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

CANIVEZ, Patrice. *Educar o Cidadão?* Campinas: Papirus, 1991.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Câmara dos Deputados, 1988.

DIMENSTEIN, Gilberto. *Democracia em pedaços: direitos humanos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARTINEZ, Paulo. *Direitos de Cidadania: um lugar ao sol*. Coleção: Ponto de Apoio. São Paulo: Scipione, 1996.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a Escola*. São Paulo: Ática: 1992.

NUNES, António José Avelãs. *Neoliberalismo & Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

PEIXOTO, Adão José (org.). *Filosofia, educação e cidadania*. Campinas: Alínea, 2001.

PIAGET, Jean. *Para onde vai a educação*. Rio de Janeiro: Olympio, 1973.

REGIMENTO ESCOLAR DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Universitária, 2007.

### **Sugestões de sites**

[www.advogado.adv.br/estudantesdireito/fadipa/marcossilviodesantana/cidadania.htm](http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/fadipa/marcossilviodesantana/cidadania.htm)

[www.webciencia.com/18\\_cidadania.htm](http://www.webciencia.com/18_cidadania.htm)

[www.kidlink.org/portuguese/waila/dirdev.html](http://www.kidlink.org/portuguese/waila/dirdev.html)

[www.ipae.com.br/direitoeduca/cart\\_direit\\_educ.html](http://www.ipae.com.br/direitoeduca/cart_direit_educ.html)